ACB - Associação Cultural Beneficente e Desportiva dos Trabalhadores do Município de V.N. Famalicão

Anexo ao Balanço 2022

my

ACB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Índice

1	lde	ntificação da entidade4
2	Ref	erencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras4
	2.1	Diplomas legais4
	vista a	Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, m sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do o e dos resultados da entidade.
	2.3 cujos	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:4
3	Prir	ncipais políticas contabilísticas4
	3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras5
	3.2	Outras políticas contabilísticas relevantes5
	a)	Ativos intangíveis5
	b)	Ativos fixos tangíveis5
	c)	Locações6
	d)	Gastos de empréstimos obtidos
	e)	Inventários6
	f)	Dívidas de terceiros
	g)	Empréstimos
	h)	Fornecedores e dívidas a terceiros
	i)	Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio
	j)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
	k)	Reconhecimento de gastos e rendimentos
	I)	Impostos sobre os lucros
	m)	Caixa e equivalentes de caixa8
	n)	Benefícios dos empregados9
	0)	Rédito9
	p)	Acontecimentos após a data de balanço9
	3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro10
	3.4	Principais fontes de incertezas das estimativas
4	Ativ	os Não Corrente10
	4.1	Ativos Fixos Tangíveis

4.	.2	Investimentos Financeiros	. 11
5	Inv	entários	12
5.	.1	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações	
a	prop	riadas	. 12
6	Cai	xa e depósitos bancários	. 13
7	Fun	dos Patrimoniais	. 13
8	Clie	ntes e Outras contas a Receber	. 13
9	Esta	ado e outros entes públicos	. 14
	a)	Saldos devedores	. 14
	b)	Saldos Credores	. 14
10	F	ornecedores e Outras contas a Pagar	. 14
11	F	ornecimentos e serviços externos	. 15
12	G	Sastos com o pessoal	. 15
13	S	ubsídios à exploração	. 16
14	Α	contecimentos após a data do balanço	17
14	1.1	Autorização para emissão	. 17
14	1.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	.17
15	С	onsiderações Finais	17

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 Identificação da entidade

A ACB — Associação Cultural Beneficente e Desportiva dos Trabalhadores do Município de Vila Nova de Famalicão é uma instituição sem fins lucrativos, NIPC n.º 503 758 183, com sede na Rua Álvaro Castelões, n.º 95, 4760-117 Vila Nova de Famalicão.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Diplomas legais

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março Código de Contas;
- Aviso n.º 6726 B/2011 14 de março NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho SNC

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da entidade, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

2.2 Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2021. "

3 Principais políticas contabilísticas

My

ACB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem software e propriedade industrial, e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados pelo método da linha reta, durante um período de 3 e 10 anos respetivamente, correspondendo à vida útil esperada dos mesmos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos são registados ao custo de aquisição (que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado) líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 – 50
Equipamento Básico	5-16
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento Administrativo	5 – 16

M

ACB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais na situação inversa.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Gastos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

e) Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo padrão ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. O custo padrão é determinado de acordo com princípios técnicos e contabilísticos, sendo periodicamente revistos no final de cada período de forma a refletir, os custos reais de produção. Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados encontram-se valorizados ao custo padrão de produção (que inclui o custo padrão das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Os custos padrões correspondem aos custos que, em condições normais, a entidade teria na fabricação dos produtos, levando em conta a quantidade normal de matéria-prima consumida, o seu custo previsto, o número de horas de produção, o custo horário, os encargos gerais de fabrico previstos e a capacidade de produção utilizada. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo padrão de aquisição e/ou produção, reconhecemse perdas por imparidade. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido. A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

July 12

ACB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FAMALIÇÃO

f) Dívidas de terceiros

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Administração pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

h) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

i) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.



j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A Entidade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um efluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

I) Impostos sobre os lucros

O Tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

m) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.



n) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

A Entidade reconhece o custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

o) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) Acontecimentos após a data de balanço



As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até á data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 25.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Ativos Não Corrente

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos na rubrica Ativos Fixos Tangíveis durante o período de 2022 são os que se seguem:

	Bens do patrimonio historico e artistico e cultural	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Adminis- trativo	Outros AFT	Ativos Fixos Tangiveis em Curso	Total
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 01-01-2022	1 286 589,46	170 319,09	307 981,78	109 264,83	148 662,78	17 115,92	0,00	2 039 933,86
Adições		1 855,00	3 043,01		1 845,00			0,00
Revalorizações								0,00
Alienações e abates					-245,00			0,00
Transferências								0,00
Saldo em 31-12-2022	1 286 589,46	172 174,09	311 024,79	109 264,83	150 262,78	17 115,92	0,00	2 046 431,87
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 01-01-2022	0,00	-200 903,32	-287 023,24	-100 927,42	-123 052,52	-16 602,60	0,00	-728 509,10
Adições		-27 874,21	-8 021,25	-4 168,71	-6 569,34	-3 340,52		-49 974,03
Imparidades								0,00
Alienações e abates								0,00
Transferências								0,00

Saldo em 31-12-2022	0,00	-228 777,53	-295 044,49	-105 096,13	-129 621,86	-19 943,12	0,00	-778 483,13
VALOR LÍQUIDO	0,00	-56 603,44	15 980,30	4 168,70	20 640,92	-2 827,20	0,00	1 267 948,74

Os movimentos na rubrica Ativos Fixos Tangíveis durante o período de 2021 são os que se seguem:

	Bens do patrimonio historico e artístico e cultural	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Adminis- trativo	Outros AFT	Ativos Fixos Tangiveis em Curso	Total
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 01-01-2021	1 286 589,46	130 586,44	299 346,38	109 264,83	146 117,78	17 115,92	23 154,00	2 012 174,81
Adições		16 578,65	8 635,40		2 545,00			0,00
Revalorizações								0,00
Alienações e abates								0,00
Transferências		23 154,00					-23 154,00	0,00
Saldo em 31-12-2021	1 286 589,46	170 319,09	307 981,78	109 264,83	148 662,78	17 115,92	0,00	2 039 933,86
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 01-01-2021	0,00	-172 557,43	-278 946,89	-96 758,71	-122 289,52	-8 208,61	0,00	-678 761,16
Adições		-28 345,89	-8 076,35	-4 168,71	-763,00	-8 393,99		-49 747,94
Imparidades								0,00
Alienações e abates								0,00
Transferências								0,00
Saldo em 31-12-2021	0,00	-200 903,32	-287 023,24	-100 927,42	-123 052,52	-16 602,60	0,00	-728 509,10
VALOR LÍQUIDO	0,00	-30 584,23	20 958,54	8 337,41	25 610,26	513,32	0,00	1 311 424,76

4.2 Investimentos Financeiros

	Investimentos Financeiros	Total
ACTIVO BRUTO:		
Saldo em 01-01-2022	1 261,44	1 261,44
Adições		
Fundo Compensação Trabalho	274,32	274,32
Saldo em 31-12-2022	1 535,76	1 535,76
VALOR LÍQUIDO	1 535,76	1 535,76
	Investimentos Financeiros	Total

My

ACB - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

ACTIVO BRUTO:		
Saldo em 01-01-2021	987,12	987,12
Adições		
Fundo Compensação Trabalho	274,32	274,32
Saldo em 31-12-2021	1261,44	1261,44
VALOR LÍQUIDO	1261,44	1261,44

5 Inventários

5.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2022	31/12/2021
Materias-Primas	11 136,26	8 509,59
TOTAL	11 136,26	8 509,59

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o período de 2022 foi como se segue:

	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	0,00	8 509,59	8 509,59
Compras	0,00	224 817,21	224 817,21
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventário final	0,00	11 136,26	11 136,26
Gasto do período	0,00	222 190,54	222 190,54

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o período de 2021 foi como se segue:

	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	0,00	8 115,59	8 115,59
Compras	0,00	183 887,90	183 887,90
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventário final	0,00	8 509,59	8 509,59
Gasto do período	0,00	183 493,90	183 493,90

M Ly

6 Caixa e depósitos bancários

4	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	505,40	1 220,99
Depositos à Ordem	651 238,63	384 622,14
Outros depositos Bancarios	321 720,80	596 000,00
TOTAL	973 464,83	981 843,13

7 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Fundos	23 925,38		0,00	23 925,38
Excedentes Técnicos				
Resultados Transitados	2 154 904,06	24 962,35	0,00	2 179 866,41
Excedente de Revalorização				
Outras Variações nos fundos				
TOTAL	2 178 829,44	24 962,35	0,00	2 203 791,79

8 Clientes e Outras contas a Receber

A Rubrica de clientes e Outras Contas a Receber no período de 2022 tem a composição que se segue:

	Ativos registados ao justo valaor por resultados	Ativos registados ao custo amortizafo menos Imparidades	Total
Ativos Correntes			
Clientes	3 175,72 €	0,00	3 175,72 €
Utentes	15 794,65 €	0,00	15 794,65 €
Outros clientes a receber		0,00	- €
TOTAL	18 970,37	0,00	18 970,37

A Rubrica de clientes e Outras Contas a Receber no período de 2021 tem a composição que se segue:

M

	Ativos registados ao justo valor por resultados	Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidades	Total
Ativos Correntes			
Clientes	4 087,34 €	0,00	4 087,34 €
Utentes	13 864,80 €	0,00	13 864,80 €
Outros clientes a receber		0,00	- €
TOTAL	17 952,14	0,00	17 952,14

9 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

a) Saldos devedores

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o valor acrescentado	58 705,20	48 410,27
Retenção na fonte IRS	0,00	0,00
Outros impostos	1 098,14	1 614,87
TOTAL	59 803,34	50 025,14

b) Saldos Credores

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		1 104,27
Retenção na fonte IRS	1 787,17	
Contribuições para a Segurança social	10 681,36	8 888,29
Outras contribuições		
TOTAL	12 468,53	9 992,56

10 Fornecedores e Outras contas a Pagar

A Rubrica de Fornecedores e Outras Contas a Pagar no ano 2022 tem a seguinte composição:

	Ativos registados ao justo valaor por resultados	Ativos registados ao custo amortizafo menos Imparidades	Total
Passivos Correntes	¥/i		
Fornecedores	81 974,44	0,00	81 974,44
Adiantamento de Clientes		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	76 728,87	0,00	76 728,87
TOTAL	158 703,31	0,00	158 703,31

A Rubrica de Fornecedores e Outras Contas a Pagar no ano 2021 tem a seguinte composição:



	Ativos registados ao justo valor por resultados	Ativos registados ao custo amortizado menos Imparidades	Total
Passivos Correntes			
Fornecedores	79 732,48 €	0.00	79 732,48 €
Adiantamento de Clientes	·	0,00	- €
Outras Contas a Pagar	80 721,03 €	0,00	80 721,03 €
TOTAL	160 453,51	0,00	160 453,51

11 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	4 249,37	3 458,06
Publicidade e propaganda	550,43	788,44
Artigos para Oferta	9 159,87	23 168,31
Material diadatico	1 868,35	1 998,01
Conbustiveis	8 544,18	8 489,64
Agua	3 676,60	5 411,12
honorarios	5 343,78	4 515,11
Electricidade	36 656,66	26 582,55
vigilancia e segurança	600,84	687,14
Exploração do Parque de Estacionamento	14 836,29	13 964,61
Material de escritorio	7 667,90	7 288,04
Conservação e raparação	12 173,78	14 978,82
Ferramentas e utensílos	4 348,61	5 598,19
Deslocações e estadas	147,21	18,00
Transportes de pessoal	950,00	450,00
Rendas e alugueres	1 775,43	5 469,27
Comunicação	3 869,17	3 184,39
Seguros	5 606,54	12 270,64
Limpeza, higiene e Conforto	22 782,04	25 239,31
Despesas com atividades	89 697,51	77 468,71
Outros	12 378,11	6 952,59
TOTAL	246 882,67	247 980,95

12 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal apresentava a seguinte composição:

Gastos com Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Renumerações Pessoal	477 601,19	444 312,24
Encargos sobre renumerações	97 549,05	82 178,58
Indmenizações		
Seguros de acidente no trabalho	7 481,79	977,56
Outros gastos com o pessoal	20,00	
TOTAL	582 652,03	527 468,38

M

1) Número Medio de pessoas ao serviço da instituição

Valencia: Jardim de Infância N.º Médio de Utentes: 40

N.º médio de pessoas	Funções desempenhadas
2	Educadoras de Infância
3	Auxiliares da Ação Educativa

Valencia: C.A.T.L

N.º Médio de Utentes: 65

N.º médio de pessoas	Funções desempenhadas
1	Educadora Social
4	Auxiliares de Ação educativa

Valencia: Apoio Domiciliário N.º Médio de Utentes: 110

N.º médio de pessoas	Funções desempenhadas
2	Assistentes Sociais
2	Cozinheiros
6	Ajudante de Cozinha
13	Assistentes de Ação direta
4	Auxiliares serviços Gerais

Valencia: Centro de Estudos N.º Médio de Utentes: 70

I.º médio de pessoas	Funções desempenhadas
2	Educadoras Sociais
3	Auxiliares da Ação Educativa

Valencia: Self Service N.º Médio de Utentes: 250

N.º médio de pessoas	Funções desempenhadas
5	Cozinheiro
14	Ajudante de Cozinha

13 Subsídios à exploração

Subsidios à exploração	31/12/2022	31/12/2021
ISS, IP - Centro Distrital	526 648,99	477 597,52
Apoio á Retoma	4 053,17	17 505,00
Projecto nº 013/EI/19		5 887,90
Projecto nº 021/CEI/21		157,97
Lay off	1 303,47	14 226,72

Apio à familia	511,05	5 003,97
Reembolsos IRS		1 652,58
Municipio VNF	50 000,00	36 000,00
IAPMEI	1 344,00	1 014,00
TOTAL	583 860,68	559 045,66

14 Acontecimentos após a data do balanço

14.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção e autorizadas para emissão em 31 de março de 2023.

14.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15 Considerações Finais

No ano de 2022 foi mantida uma gestão equilibrada de todas as valências: Jardim de Infância, CATL, Centro de Estudos e Serviço de Apoio Domiciliário, bem como dos serviços de apoio às valências: armazéns, selfs e bares. Ao nível do quadro de pessoal, apenas ocorreram ajustes salariais decorrentes da alteração do salário mínimo nacional.

Realçamos ainda o empenho de todos os funcionários da Associação neste compromisso coletivo, o que desde já aqui enaltecemos e deixamos o nosso muito obrigado.

Vila Nova de Famalicão, 31 de março de 2023

Contabilista Certificado

(Valdemar Magalhães)

Presidente

- hyllml / h

(José Miguel Marinho)

41

×